



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 021

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Valdir Rossoni
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Ratinho Júnior
PSC .....	Mauro Moraes

## Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE ABRIL DE 2003  
(terça-feira)**

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Durval Amaral e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Geraldo Cartário**)

Senhor presidente, vamos proceder à leitura da Ata nº 020 de 15 de abril de 2003.

Antes, senhor presidente, gostaria de cumprimentar V. Exa., que tinha prometido divulgar a lista dos automóveis que a Assembléia tem, com o número da placa e com o nome de cada deputado para imprensa e cumpriu, entregando hoje.

Então, nunca houve muita determinação de esconder as coisas, e uma vez mais a Assembléia mostra a transparência onde os outros Poderes escondem. A Assembléia mostra definitivamente os carros e os deputados.

Meus parabéns, senhor presidente!

**(Procede à leitura da Ata da Sessão anterior).**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão a Ata que acaba de ser lida pelo nobre deputado Geraldo Cartário.

Encerrada a discussão. Em votação.

**Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 006/2003

Curitiba, 15 de abril de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar os cargos de provimento em comissão que especifica, com lotação no Centro Cultural Teatro Guaíra, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Cultura.

A proposição ora formulada consulta aos superiores interesses da Administração, eis que virá atender urgentes necessidades do Centro Cultural Teatro Guaíra, no sentido de incrementar e manter em plenas atividades a Orquestra Sinfônica do Paraná e o Balé Teatro Guaíra, cujas apresentações conquistam grande prestígio junto aos brasileiros de todos os rincões, as quais, agora, têm o reconhecimento de outros povos amantes das artes e, ainda, porque expressam e muito bem demonstram a força e os valores culturais dos paranaenses.

A alternativa de utilização de cargos em comissão foi escolhida porque é a que melhor e mais adequadamente atende peculiaridades de tais atividades culturais, pela natureza de demissibilidade *ad-nutum* dos pretendidos cargos, o que permitirá adoção de sistema de rotatividade, com isso ensejando, sempre, a possibilidade de a Administração contar com o trabalho dos melhores profissionais nas áreas específicas.

As despesas decorrentes da execução da medida, segundo dispositivo expresso na proposição em causa, terão suporte em dotações orçamentárias consignadas no orçamento da autarquia em que serão lotados os cargos em comissão em referência.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e a conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Ficam criados, com lotação no Centro Cultural Teatro Guaíra, entidade autárquica vinculada à

Secretaria de Estado da Cultura, os seguintes cargos de provimento em comissão:

39 (trinta e nove), com denominação de Assessor Artístico, símbolo DAS-5;

27 (vinte e sete) com denominação de Assistente Artístico, símbolo 1-C; e

15 (quinze), com denominação de Auxiliar Artístico, símbolo 8-C.

Art. 2º - Aos ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior serão, através de decreto, definidas atribuições junto à Orquestra Sinfônica do Paraná e ao Balé Guaíra.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por dotações orçamentárias consignadas à entidade de lotação dos cargos ora criados.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº DAF-C/177-2003/ADMIN, do senhor Sérgio Luiz Picanço Carraro, encaminhando declaração de Imposto de Renda, com a respectiva declaração de bens, do senhor Antonio Fernando Krempel, o qual deixou a presidência da Companhia Paranaense de Gás - Compagás, em 23 de janeiro de 2003.

Sob o nº PRE/C-157/2003, do senhor Rubens de Camargo Penteado, diretor-presidente da Compagás - Companhia Paranaense de Gás, apresentando nos termos da Lei Estadual nº 13.047, de 16/01/2001, a declaração de bens e direitos que constituem o seu patrimônio. **Ao Conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 696

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado por 10 (dez) Sessões o Projeto de Lei nº 050/2003, que altera o parágrafo único da Lei nº 13.738, de 24 de julho de 2002, item sétimo da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### REQUERIMENTO Nº 672

Senhor Presidente:

O deputado Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, seja reservado o horário do

grande expediente da Sessão Ordinária do dia 23 de abril de 2003, a ser usado pelo representante dos professores aposentados do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Os mencionados aposentados pretendem apresentar aos deputados suas reivindicações ao governo do Paraná.

### REQUERIMENTO Nº 701

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado estadual que este subscreve pede, ouvida a Assembléia, seja encaminhado requerimento ao ilustre secretário Estadual da Saúde, Cláudio Xavier, pedindo apoio público à Clínica e Maternidade Mater Dei, em Curitiba, sociedade beneficente civil, Hospital "Amigo da Criança", assim declarado em 1988 pela Unicef, OMS e Ministério da Saúde - prestadora de serviços ao SUS.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A referida Maternidade, existente na rua Conselheiro Laurindo, nº 540, na capital do Estado, desde 1947, com o antigo nome de Clínica e Maternidade Nossa Senhora do Rosário, pleiteia recursos da Secretaria de Estado da Saúde, nos moldes do solicitado já em 2002 pelo Processo nº 5.101.025-6/2002, onde expõe sua carência e necessidades.

Além do déficit financeiro, as instalações estão sucateadas agravando as dificuldades dos profissionais que ali exercem a medicina obstétrica, servindo com dignidade à causa da vida. Só há condições de a Maternidade permanecer servindo à população até junho. Em Junho a Mater Dei fechará.

Ali são feitas em média, por mês, 4500 consultas, com 500 nascimentos e 44 internamentos na moderna UTI neo-natal - (que este deputado, por emenda ao Orçamento Geral da União, enquanto deputado federal, viabilizou).

### REQUERIMENTO Nº 676

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Luiz Godoy, ocorrido dia 10 de abril do corrente ano.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 62 anos faleceu dia 10 de abril do corrente ano, o senhor Luiz Godoy.

O extinto deixa viúva dona Elci Godoy, 03 filhos e 04 netos.

O passamento de Luiz Godoy veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo e a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma. Nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável, mas tal é a condição humana: viver, lutar e morrer. Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá descansar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória. Imploramos ao Todo Poderoso para que os familiares do Sr. Luiz Godoy encontrem na fé e na esperança o conforto, nesta hora tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Godoy endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 698

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após concordância do Plenário, seja inserido nos Anais da Sessão de hoje, votos de profundo pesar desta Casa Legislativa, pelo falecimento do senhor Arthur Staffen, na última sexta-feira, dia 18 de abril, na cidade de Toledo.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade e rogando ao Todo-Poderoso força e resignação pela perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a memória do exemplo e trabalho que o senhor Arthur Staffen nos deixou.

Do aprovado, requer também, seja dado ciência à família, na pessoa da senhora Anita Staffen, a Rua Miraldo Pedro Zibetti, 666 - Jardim Santa Maria - 85903-160 - Toledo / PR.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 662

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento da senhora Idalina Tussi Panasolo, ocorrido no último dia 12 de abril do ano em curso.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da senhora Idalina Tussi Panasolo, deixou consternada toda a população de São Jorge

d'Oeste. Mãe, esposa e avó exemplar, deixará em todos um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos familiares, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

A senhora Idalina Tussi Panasolo, soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ela, principalmente sua grande família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ela foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos conforte nesta hora de dor e sofrimento.

#### REQUERIMENTO Nº 663

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Lemos da Silva (Câmara Municipal - Vereador Julio Cezar Lemos da Silva) do município de Cascavel, com votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Moacir Lemos da Silva, ocorrido no último dia 10 de abril do ano em curso.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Moacir Lemos da Silva, deixou consternada toda a população de Cascavel. Há muitos anos residindo no município, deixará em todos uma dor e saudade irreparável.

As pessoas que conviveram com o senhor Moacir, são testemunhas da sua benevolência e da sua integridade. Era uma pessoa alegre e que sempre tratava a todos com muito carinho.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na Terra. Por isso, queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares do senhor Moacir, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente.

Nesta hora, mais do que nunca, as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

#### REQUERIMENTO Nº 675

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Capitão Leônidas Marques, pela passagem de seus 39 anos de emancipação política, no próximo dia 28 de abril/2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Decio Dallabrida, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Valdir Gnoatto, assim como

a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com este voto, queremos prestar nossa homenagem a toda população do município de Capitão Leônidas Marques, na significativa data de comemoração de mais um aniversário de sua emancipação política.

#### Histórico:

A região do Baixo Iguaçu, na qual está inserido o município de Capitão Leônidas Marques, foi colonizada basicamente por famílias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em fins da década de 40 o governo do Estado passou a incentivar a colonização através das companhias imobiliárias. Em alguns dos municípios da região sudoeste impulsionou a tomada da terra, através da posse. A partir destes fatos, intensificou-se o fluxo migratório na região, com famílias se estabelecendo e dando início a uma povoação.

A primitiva denominação do lugar foi Aparecida do Oeste, e seus primeiros moradores foram as famílias de Ângelo Magnabosco, João Rute Schimdt e irmãos, Primo Guratto, Sestilio Dalavalle e Silfredo Simão.

Pela Lei Estadual nº 4859, de 28 de abril de 1964, sancionada pelo governador Ney Braga, sem passar pelo estágio de distrito, o núcleo de Aparecida do Oeste foi elevado à categoria de município, passando a se chamar Capitão Leônidas Marques, com território desmembrado do município de Cascavel.

A instalação oficial deu-se no dia 14 de dezembro de 1964, ocasião em que foi empossado o senhor Otto Francisco de Passos, como primeiro prefeito municipal.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, orgulha-se em cumprimentar efusivamente toda a população de Capitão Leônidas Marques na significativa data da comemoração de seus 39 anos de emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 677

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. Helio Cardoso Derenne, pela sua nomeação para a Diretoria do Departamento da Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça em Brasília.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Helio Cardoso Derenne, em Brasília.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Dr. Helio Cardoso Derenne, respondia pela Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Paraná.

pela Portaria nº 807 do governo federal, assumiu em Brasília o importante posto de diretor do Departamento da Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça.

O nosso novo Código de Trânsito completou 4 anos. As estatísticas de acidentes e mortes demonstraram cabalmente a eficácia de um código rigoroso quando efetivamente aplicado.

O novo código, é, inquestionavelmente, um de nossos melhores instrumentos de cidadania.

A vasta experiência evidencia que a barbárie no trânsito só é resolvida com regras permanentemente rígidas e muitas vezes significativas. Não a punição pela punição ou a multa pela multa, mas pelo caráter pedagógico. O que não pode acontecer é o excesso de multas para aumentar a arrecadação.

O Código de Trânsito, pode e deve ser aperfeiçoado.

Temos certeza que o Dr. Helio Cardoso Derenne, com sua capacidade e competência, conseguirá inovar e determinar modificações necessárias e urgentes na pasta tão importante que acaba de assumir.

#### REQUERIMENTO Nº 679

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido duto Plenário respeitosamente REQUER que sejam enviados ao município de Uraí votos de congratulações pelo seu 67º aniversário, a ser comemorado no dia 05 de maio. Que do presente, se dê ciência à prefeita Iracelis da Fonseca Borghi, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 680

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido duto Plenário respeitosamente REQUER que sejam enviados ao município de Primeiro de Maio votos de congratulações pelo seu 52º aniversário, a ser comemorado no dia 01 de maio. Que do presente, se dê ciência ao prefeito Mário Casanova, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 681

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido duto Plenário respeitosamente REQUER que sejam enviados ao município de Assaí votos de congratulações pelo seu 71º aniversário, a ser comemorado no dia 01 de maio. Que do presente, se dê ciência ao prefeito Mario Sato, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

# REQUERIMENTO Nº 699

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do município de Piraí do Sul, através de seu prefeito, Valentin Zanello Mileo, pelos 57 anos de emancipação política do município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, Rua Izidoro Doin, 34, Centro, CEP 84240-000, Piraí do Sul, Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) JOCELITO CANTO

# REQUERIMENTO Nº 700

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao senhor Valfrido Pilotto, membro da Academia Paranaense de Letras, que está comemorando no dia de amanhã, cem anos de idade.

O Paranaense de Dorizon, Valfrido Pilotto, através de uma magnífica obra literária, enobrece a cultura de nosso Estado. Ocupou, também, vários cargos públicos, com a mesma dedicação e honradez que o fizeram um dos intelectuais mais admirados pelo povo paranaense e brasileiro.

Requeremos, também que a decisão do presente seja comunicada ao senhor Valfrido Pilotto e à Academia Paranaense de Letras.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

# REQUERIMENTO Nº 674

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao jornalista Osvaldo Militão.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) BARBOSA NETO

# REQUERIMENTO Nº 673

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao jornalista Walmor Macarini.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) BARBOSA NETO

# REQUERIMENTO Nº 678

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de louvor ao senhor Osnir Moraes autor, pelo lançamento do livro biográfico, Armando Alves de Souza "Meu Jovem" - O Eterno Prefeito de Mamborê.

Tal iniciativa faz com que aumente o orgulho e o carinho que a população de Mamborê assim como seus familiares, tinham pelo senhor Armando, pessoa de elevada estima. Perdeu a vida defendendo os interesse do povo, quando acidentou-se a caminho da capital.

Com a maneira simples de tratar as pessoas, conquistou dois mandatos como prefeito municipal, e representou-os de maneira digna e honrosa, marcando de forma definitiva seu conceito de homem probo, sério e cumpridor de suas obrigações, assumidas em palanques e no dia-a-dia em seus contatos com a população simples e sofrida.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao senhor Osnir Moraes - autor do livro, assim como ao Exmo. Sr. Lair Pedro Maggioni - prefeito municipal ambos na Rua Guadalajara, 645 - cx.postal 01, Mamborê - PR, assim como ao presidente da Câmara Municipal, senhor Claudinei Calori de Souza, na Av. Manoel Francisco da Silva, 963 - Mamborê - PR - 87340-000.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

# REQUERIMENTO nº 668/2003

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como ao coordenador da Receita Estadual, Luiz Carlos Vieira, solicitando dos mesmos a realização de estudos a fim de promover novo Refis estadual, reabilitando empresas que não conseguiram cumprir os pagamentos do Refis e outras interessadas em gerar empregos com as novas regras do ICMS. A geração de novos empregos é meta do Governo Estadual e já demonstrou com a nova postura na arrecadação do ICMS.

Contudo, imprescindível conferir oportunidade às empresas que necessitam de reabilitação a fim de enquadrar-se nas novas regras.

O gabinete parlamentar da signatária tem recebido diversas solicitações de empresas interessadas em reiniciar atividades, mas para esse fim precisam parcelar débitos anteriores. Outras, que aderiram ao Refis, não conseguiram efetuar todos os pagamentos e querem colocar a respectiva situação em ordem.

A inexistência de parcelamentos inviabiliza a atividade de muitas empresas no Paraná e a recuperação des-

ses créditos também gera economia para o Estado, que deixa de executar devedores que na maioria das vezes não possuem bens e nem outras formas de adimplir obrigações junto ao fisco estadual.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 664

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Renato Adur, secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando estudos no sentido de viabilizar a pavimentação asfáltica nas Ruas Mônica e Marialva, localizadas no município de Terra Boa.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao prefeito municipal, senhor Antonio Carlos Rampazzo, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Aristeu de Souza (Rua Tancredo Neves, 240 - CEP 87240-000)-Terra Boa-PR.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 665

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Claudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de medicamentos e equipamentos para o Laboratório e Centro de Saúde do município de Terra Boa.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao prefeito municipal, senhor Antonio Carlos Rampazzo, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Aristeu de Souza (Rua Tancredo Neves, 240 - CEP 87240-000)-Terra Boa-PR.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 666

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Maurício Requião de Mello e Silva, DD. diretor presidente da Fundepar, solicitando estudos no sentido de viabilizar a construção de vestiários na Escola Estadual Professor Léo Kolher, localizada no município de Terra Boa.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao prefeito municipal, senhor Antonio Carlos Rampazzo, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Aristeu de Souza (Rua Tancredo Neves, 240 - CEP 87240-000)-Terra Boa-PR.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 667

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. secretário de Educação, solicitando concessão de benefícios denominado Difícil Acesso aos professores/funcionários dos Colégios Estaduais Cataratas do Iguaçu, Ipê Roxo e Sol de Maio, do município de Foz do Iguaçu, conforme o que dispõe a Lei nº 10.051, de 16 de julho de 1992.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 671

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, para que, através da direção do Sistema Penitenciário do Paraná e da Secretaria de Justiça, preste informações a respeito do contido no documento que foi encaminhado a este parlamentar pelo Sindicato dos Servidores Penitenciário do Paraná- SINSSP- PR.

Documento contendo 5 páginas, em anexo.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

O referido documento nos foi encaminhado pelo Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Paraná - SINSSP-PR, acompanhado do pedido de providências.

Julgamos conveniente que fosse enviado aos órgãos competentes para que prestem as informações e tomem as providências necessárias à solução dos problemas relatados.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 211/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Umuarama, imóvel matriculado sob o nº 6295 no Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Umuarama, Data nº 3-B, Subdivisão da Data nº 3, da

Quadra nº 37 - zona nº 1 - Centro Cívico de Umuarama, com 862,50m2, que tem as seguintes confrontações: com a praça Centro Cívico, rumo NO 15°41', numa frente de 13,80 metros; com a área a desafetar da Avenida Manaus, no rumo SO 74°19', na distância de 62,50 metros; com a Rua Desembargador Lauro Lopes, no rumo NO 15°41', numa distância de 13,80 metros; finalmente com a Data nº 03-A desta subdivisão, no rumo NE 74°19', na distância de 62,50 metros.

Art. 2º - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado exclusivamente para a construção da sede própria da Câmara Municipal de Umuarama, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O imóvel pleiteado será utilizado para a construção da Câmara Municipal, e recebe o apoio unânime daquele legislativo municipal.

É importante ressaltar que o imóvel objeto deste projeto de lei é pertencente à Data nº 3 da Quadra nº 37 - Zona nº 1 de propriedade do Governo do Estado do Paraná, onde está construído e funcionando o posto de saúde. A subdivisão desta Data em nada afetará o referido posto, pois é uma parte ociosa do terreno, ficará com entrada independente e não causará nenhum constrangimento para o trânsito da população, tanto no Posto de Saúde como na Câmara Municipal.

Outra questão importante é que o prédio da Câmara Municipal ficará no Centro Cívico de Umuarama, ao lado da Prefeitura Municipal, Fórum e outros órgãos públicos.

#### PROJETO DE LEI Nº 212/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Itaguapy, do Hospital Ministro Costa Cavalcanti, instituído pela Itaipu Binacional, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### JUSTIFICATIVA:

A propositura em referência, da deputada Luciana Rafagnin, visa declarar de Utilidade Pública a Fundação

de Saúde Itaguapy, do Hospital Ministro Costa Cavalcanti, instituído pela Itaipu Binacional, entidade fundada em 26 de abril de 1973, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu-PR. Entidade sem fins lucrativos, que se destina à execução de serviços médicos e de proteção e preservação da saúde humana, propiciando condições para formação, aperfeiçoamento ou especialização de pessoal na área médico-sanitária, de pesquisa biossocial e de investigação científica, aprimoramento das atividades hospitalares e formação profissional de seus funcionários e seus colaboradores.

#### PROJETO DE LEI Nº 213/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Batista de Siqueira, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Batista de Siqueira, fundada em 1996, é pessoa jurídica de direito privado, órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros, com atuação junto à referida unidade escolar, sediada à Rua Pedro Teixeira Alves, s/nº - Mato Dentro - Almirante Tamandaré - Paraná.

Tem seu estatuto registrado sob Protocolo nº 90 no Livro A-01, registrado sob nº 39 no Livro A-01, datado de 08 de abril de 1996, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Almirante Tamandaré - Paraná, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.157.273/0001-07.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Batista de Siqueira, tem por finalidade:

- prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;
- integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade;
- proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;
- representar pais de alunos, junto ao estabelecimento de ensino, de conformidade com o disposto na Letra "F" do artigo 10 do Regimento Escolar, conforme Resolução nº 2.000/91, de 11.06.91;
- Promover o entrosamento do desenvolvimento entre pais, alunos, professores e membros da comuni-



dade, através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais, desportivas, saúde, meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escolar;

- contribuir para melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contratos e/ou convênios com a Administração Pública e Organização Não Governamental.

Atualmente a APM da Escola Municipal João Batista de Siqueira realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

É a justificativa.

#### PROJETO DE LEI Nº 214/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vereador André Nadolny, com sede e foro no município de Colombo - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vereador André Nadolny, criada em 1998, é pessoa jurídica de direito privado é o órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento de ensino. A entidade não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros, com atuação junto à referida unidade escolar, sediada à Rua Pedro Teixeira Alves, s/nº - Mato Dentro - Almirante Tamandaré - Paraná.

Tem sede e foro à Rua Altevir Ceccon, 237 - Bairro São Gabriel, Município e Comarca de Colombo, sendo seu estatuto registrado sob nº 522 do livro 02 no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Colombo - Paraná em 20 de agosto de 1998, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.536.647/0001-03.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vereador André Nadolny, tem por finalidade:

- prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;

- integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade;

- proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;

- representar pais de alunos, junto ao estabelecimento de ensino, de conformidade com o disposto no Regimento Escolar;

- promover o entrosamento do desenvolvimento entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais, desportivas, saúde, meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escolar;

- contribuir para melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contratos e/ou convênios com a Administração Pública e organizações não governamentais - ONG's.

Atualmente a APM da Escola Municipal Vereador André Nadolny, realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

É a justificativa.

#### PROJETO DE LEI Nº 215/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Floripa Teixeira de Faria, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Floripa Teixeira de Faria, fundada em 1998, é pessoa jurídica de direito privado, órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros, com atuação junto à referida unidade escolar, sediada à Rua Nilo Cropolato Matias, s/nº - Areias - Almirante Tamandaré - Paraná.

Tem seu estatuto registrado sob Protocolo nº 1329 no Livro A-01, Averbado sob nº 002 no Livro A-01, datado de 11 de setembro de 1998, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Almirante Tamandaré - Paraná, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.087.141/0001-56.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Floripa Teixeira de Faria, tem por finalidade:

- prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;
- integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade;
- proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;
- representar pais de alunos, junto ao estabelecimento de ensino, de conformidade com o disposto na Letra "f" do artigo 10 do Regimento Escolar, conforme Resolução nº 2.000/91, de 11.06.91;
- promover o entrosamento do desenvolvimento entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais, desportivas, saúde, meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escolar;
- contribuir para melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contratos e/ou convênios com a Administração Pública e Organização Não Governamental.

Atualmente a APM da Escola Municipal João Batista de Siqueira realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 216/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

# D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Representação Central da Comunidade Brasileiro Polonesa no Brasil, de Almirante Tamandaré - Paraná, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) EDSO STRAPASSON

## JUSTIFICATIVA:

A Representação Central da Comunidade Brasileiro Polonesa no Brasil, de Almirante Tamandaré - Paraná, foi fundada em treze de setembro de 1992, sendo uma entidade de Direito Privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter assistencial e cultural, com sede à Av. Vereador Wadislau Bugalski, 370 - CEP 83.507-240 - Lamenha Grande - Almirante Tamandaré - Paraná.

O Estatuto Social da entidade está registrado sob nº 592 do Livro A-3, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Rio Branco do Sul, desde 02 de setembro de 1993, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 81.910.911/0020-10.

A Representação Central da Comunidade Brasileiro Polonesa no Brasil, de Almirante Tamandaré - Paraná, tem por finalidade:

- representar em todas as oportunidades a comunidade oriunda da etnia polonesa no Brasil, perante as autoridades, instituições públicas e privadas;
- interpretar o pensamento, as aspirações e os reclamos da comunidade brasileiro-polonesa, reivindicando através de todos os meios de legais os interesses dessa comunidade;
- congrega as Associações, Clubes, Sociedade ou outras Organizações legalmente constituída cujas origens procedem da comunidade brasileiro-polonesa, e, ou que se propõem a estimular e cumprir as finalidades previstas no Estatuto;
- incentivar a permuta de conhecimento ou atividades culturais, artísticas, científicas e desportivas entre o Brasil e a Polônia, bem como, proporcionar o intercâmbio com as Organizações similares de outros países, obedecendo a legislação brasileira.
- estabelecer normas, fixar condições e coordenar a participação das entidades associadas e da própria comunidade nas festividades e promoções da comunidade polono-brasileira.
- incrementar e promover eventos artísticos-culturais, científicos, desportivos e tudo mais que possa constituir documentário ou integração da cultura e tradições.
- incentivar e favorecer com os meios a seu alcance a pesquisa e a publicação de trabalhos técnico-científico, artístico e sócio-históricos.
- promover eventos que venham a dignificar as datas e fatos históricos conjunturais no processo civilizatório nacional.
- utilizar todos os meios de comunicação para alcançar os objetivos de divulgação das atividades e do acervo da comunidade.

- realizar e manter toda e qualquer atividade ou promoção que venha desenvolver, organizar ou aprimorar a comunidade.

Atualmente a Braspol de Almirante Tamandaré - Paraná desenvolve inúmeras atividades, conforme consta no Relatório de atividades, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pela entidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

É a justificativa.

#### PROJETO DE LEI Nº 217/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vereador André Nadolny, com sede e foro no município de Colombo - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vereador André Nadolny, criada em 1998, sendo pessoa jurídica de direito privado é o órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento de ensino. A entidade não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros.

Tem sede e foro à Rua Altevire Ceccon, 237 - Bairro São Gabriel, município e comarca de Colombo, sendo seu estatuto registrado sob nº 522 do livro 02 no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Colombo - Paraná, em 20 de agosto de 1998, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.536.647/0001-03.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vereador André Nadolny, tem por finalidade:

- prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;
- integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade;
- proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;

- representar pais de alunos, junto ao estabelecimento de ensino, de conformidade com o disposto no Regimento Escolar;

- promover o entrosamento do desenvolvimento entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais, desportivas, saúde, meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escolar;

- contribuir para melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contratos e/ou convênios com a Administração Pública e Organizações não Governamentais - ONG's.

Atualmente a APM da Escola Municipal Vereador André Nadolny, realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

É a justificativa.

#### PROJETO DE LEI Nº 218/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Batista de Siqueira, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Batista de Siqueira, fundada em 1996, é pessoa jurídica de direito privado, órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros, com atuação junto à referida unidade escolar, sediada à Rua Pedro Teixeira Alves, s/nº - Mato Dentro - Almirante Tamandaré - Paraná.

Tem seu estatuto registrado sob Protocolo nº 90 no Livro A-01, registrado sob nº 39 no Livro A-01, datado de 08 de abril de 1996, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Almirante Tamandaré - Paraná, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.157.273/0001-07.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Batista de Siqueira, tem por finalidade:

- prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;
- integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade;
- proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;
- representar pais de alunos, junto ao estabelecimento de ensino, de conformidade com o disposto na Letra "f" do artigo 10 do Regimento Escolar, conforme Resolução nº 2.000/91, de 11.06.91;
- promover o entrosamento do desenvolvimento entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais, desportivas, saúde, meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escolar;
- contribuir para melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contratos e/ou convênios com a Administração Pública e Organização Não Governamental - ONG.

Atualmente a APM da Escola Municipal João Batista de Siqueira realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

É a justificativa.

#### PROJETO DE LEI Nº 219/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as concessionárias de rodovias do Estado do Paraná a construir 3ª e 4ª faixas nos locais das estradas onde existir faixa contínua com extensão superior a 300 metros, utilizando para isto o leito dos acostamentos já existentes.

Art. 2º - Esta lei será aplicada nas estradas onde não houver previsão de duplicação no prazo máximo de 5 anos, a contar da aprovação desta lei.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo oferecer melhores condições de tráfego e segurança aos motoristas

que utilizam a malha rodoviária paranaense administrada por concessionárias. A construção das 3ª e 4ª faixas agilizará o transporte de cargas e estimulará o turismo em nosso Estado.

Do ponto de vista das concessionárias, o custo das obras será reduzido devido ao aproveitamento do acostamento das estradas.

#### PROJETO DE LEI Nº 220/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado obrigadas a reservar 50% (cinquenta por cento) das vagas em cursos de graduação para alunos da Rede Pública de Ensino do Paraná.

Art. 2º - A cota de 50% é garantida aos alunos que tenham cursado todo o Ensino Médio em instituição pública no Estado do Paraná, devidamente comprovado nos registros da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º - O descumprimento desta lei constitui infração que será apurada pelo Conselho Estadual de Educação através de processo administrativo.

Art. 4º - As penalidades administrativas a serem aplicadas pelo cumprimento desta lei serão as seguintes:

I - advertência;

II - multa;

III - intervenção no estabelecimento.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná, historicamente, abrigou os povos das mais diferentes raças, culturas e credos. Nosso Estado recebeu graciosamente cada grupo que para aqui veio com objetivo de conquistar nova vida. A pujança paranaense é fruto dessa diversidade, que foi amplamente integrada a um só Estado.

A inclusão social é o maior desafio para atingirmos a condição de país e Estado desenvolvidos. O progresso só existe se for distribuído entre todos os componentes de uma sociedade, e por isso vários países tomam iniciativas de adotar políticas de inclusão social. Na atualidade, o grande desafio é integrar comunidades menos favorecidas ao mercado de trabalho, dando-lhes oportunidades de ascensão social. O Paraná é a unidade da Federação que mais investe em ensino público superior - temos cinco universidades e diversas faculdades estaduais. A adoção de cotas é uma forma de que as vagas abertas pelas instituições paranaenses sejam ocupadas primordialmente pelo povo do Paraná. Nada mais correto do que garantir

uma cota mínima de vagas aos que cursaram o ensino médio em colégio público paranaense. Evidentemente a mudança do perfil da sociedade é um processo demorado, mas este é o primeiro passo para oportunizar o acesso da maioria dos nossos jovens à formação superior.

Daí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão de ordem social.

**PROJETO DE LEI Nº 221/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Fazenda, promoverá o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

§ 1º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados implicará na imediata exigência do saldo devedor, prevalecendo os benefícios desta lei somente no que se refere aos valores das parcelas pagas.

§ 2º - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$25,00 (vinte e cinco reais).

§ 3º - O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de pagamentos já efetuados.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que os infratores têm a oportunidade de pagar as multas com desconto em datas determinadas, propomos que também seja concedido aos devedores a chance de quitar os débitos referentes a multas com o Tesouro Estadual, em parcelas. O Estado do Paraná terá vantagens, pois a arrecadação de créditos duvidosos será ampliada.

Daí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares para aprovação imediata desta lei, por tratar-se de uma justa medida que alcançará todos os paranaenses.

**PROJETO DE LEI Nº 222/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Torna obrigatório o conteúdo de Introdução à Filosofia nas Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino Fundamental e Médio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) MAURO MORAES

**JUSTIFICATIVA:**

Esta é uma forma de despertar nos jovens o gosto pelas letras, artes e valores humanísticos, preparando-os

para um futuro que se configura como o da automação, do avanço tecnológico, e cujo um dos desafios será a integração do homem com esse novo ambiente.

Um dos temas mais debatidos é a crise do ensino brasileiro. Não se trata apenas de uma crise estrutural, mas também curricular. Esvazia-se nas escolas a prática do pensamento autônomo, devido ao abandono de estímulo à formação de idéias. A falta dessa prática estabiliza os valores morais e faz com que o adolescente tenha um desenvolvimento confuso.

Acreditamos que o ensino da filosofia nas escolas possa vir a colaborar com a formação iniciada na família, ao mesmo tempo em que dotará o jovem de uma visão mais ampla sobre a sociedade em que vive, e mesmo sobre sua individualidade.

**PROJETO DE LEI Nº 223/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - As escolas públicas e privadas realizarão, no decorrer do ano letivo, campanhas antidrogas, objetivando transmitir ensinamentos sobre os entorpecentes e similares, abrangendo conceitos, aplicações, usos e efeitos, aspectos medicinais e delituosos.

Art. 2º - Nas campanhas antidrogas serão realizados debates, palestras, seminários, encontros musicais e de teatros, e atividades interdisciplinares.

Art. 3º - Para participar das campanhas antidrogas serão convidados:

- I - comunidade escolar;
- II - pais dos alunos;
- III - médicos e profissionais da saúde;
- IV - Secretaria da Saúde Estadual e Municipal;
- V - Promotoria Pública;
- VI - Polícia Civil e Militar; e
- VII - Conselho Tutelar.

Art. 4º - As escolas poderão incluir na avaliação do aluno as competências e habilidades desenvolvidas no decorrer das campanhas.

Parágrafo Único - Os alunos receberão certificado de participação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22.04.2003.

(a) MAURO MORAES

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto foi elaborado com o objetivo maior de discutir um problema real que para ser evitado deverá ser, antes de tudo, conhecido. Palestras, discussões e debates entre jovens, - principais vítimas das drogas -, técnicos no assunto, além de pais e professores, será o primeiro passo

para conhecer melhor as abrangências deste grave problema social.

As campanhas antidrogas servirão como estímulo aos jovens para sua própria preservação a este mal, propagando-se entre pais e professores, principais orientadores da juventude e, assim, difundindo-se na comunidade como um todo.

Acredito que o presente projeto, se aprovado, poderá auxiliar e complementar a educação dos jovens, a quem devemos assistência e orientação, para garantirmos um futuro de maior tranquilidade e paz.

#### PROJETO DE LEI Nº 224/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual, em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, criar convênio junto com os municípios turísticos para exibirem em suas salas de projeções de filmes - cinemas - em todo o Estado, material áudio-visual para ser inserido antes de cada uma das sessões.

Art. 2º - As prefeituras, através de seus órgãos, enviarão para a Secretaria de Turismo o material que julgar ser de boa qualidade para a divulgação do turismo local.

Parágrafo Único - Poderão as prefeituras locais firmar convênios com a iniciativa privada, desde que o material seja somente de cunho publicitário/turístico.

Art. 3º - A duração de cada filme ilustrado não poderá ser inferior a 2 minutos nem superior a 5 minutos, podendo vários municípios agrupar o conteúdo a ser mostrado.

Art. 4º - As inserções do material apresentado deverão percorrer todos os cinemas do Estado do Paraná.

Art. 5º - O controle e fiscalização ficarão por conta da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação revogando-se as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

Desde os tempos primórdios, a paixão pelo turismo sempre esteve presente no ser humano. Lemos passagens interessantes onde nossos antepassados vagavam de um lado para outro, às vezes em companhia de um camelo, outras vezes a pé, porém a vontade de conhecer novos horizontes fizeram destes homens verdadeiros aventureiros e junto deles a notícia, o intercâmbio e o conhecimento.

A evolução, após milênios, tornou menos penoso este prazer de conhecer o desconhecido. Como se vê, o turismo nasceu por prazer e pela necessidade de comunicar-se com seus semelhantes, e hoje não tenho dúvidas em afirmar que é a maior fonte de riqueza que uma nação pode explorar. Não polui; é ecológico, não agride o meio ambiente; traz divisas e empregos.

A divulgação da riqueza turística é de suma importância, inclusive para ser divulgada em salas de aula, onde os mestres deveriam tecer comentários a respeito do assunto e incentivar tarefas numa corrente que envolva outros segmentos.

O Paraná é, foi e será palco dos acontecimentos culturais, das manifestações políticas, artísticas e desportivas, mas o interior do Estado surge também como alternativa desses eventos e é preciso divulgar.

Nobres pares, a parceria do governo do Estado através da Secretaria Estadual de Turismo, no sentido de interiorizar o turismo, fazendo inserções nas salas de projeções de filmes (cinema), mostrando o manancial de riqueza turística que tem em quase todas as regiões, seria de grande valia para que o povo do Paraná conhecesse melhor seu Estado.

Entendo, senhores deputados, que estaremos resgatando o que temos de melhor no Estado, que é o turismo.

Além de estarmos fixando o homem em sua terra natal, o homem do campo terá maior prazer em ver sua mercadoria sendo escoada na própria cidade para os hotéis e restaurantes. Ganham os empresários, ganha o município, ganha o Estado, ganha o povo.

#### PROJETO DE LEI Nº 225/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Senhoras Integradas de Pato Bragado, com sede no município de Pato Bragado e foro no município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhoras Integradas de Pato Bragado, é uma entidade educativa sem fins lucrativos. Encontra-se devidamente registrada em Marechal Cândido Rondon, no Registro de Pessoas Jurídicas daquela Comarca.

A referida Associação tem a finalidade de proporcionar aos seus associados atividades recreativas, reuniões culturais, assim como fomenta e cultiva o espírito comunitário e a solidariedade cristã.

Assim, pelo acima exposto, esperamos poder contar com o devido apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Barbosa Neto.

**O SR. BARBOSA NETO**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Mais uma vez ocupo a tribuna desta Casa para manifestar a preocupação em relação à escalada da violência. No dia 20 de fevereiro estive nesta mesma tribuna para denunciar o problema do cartel de combustível que estava acontecendo na cidade de Londrina. Também fiz um requerimento parabenizando inclusive o juiz substituto da 5ª Vara Criminal, Álvaro Rodrigues Junior, pela coragem em conseguir prender dois dos cabeças desse cartel que agem na cidade de Londrina.

Já tivemos uma pessoa que morreu a mando desses marginais que estão travestidos de comerciantes, de donos de postos de combustíveis.

Já tivemos, inclusive, atentados contra aqueles postos que ousaram, cobraram preço diferenciado pelo álcool, pelo diesel e pela gasolina, e lamentavelmente, na semana que passou, na cidade de Londrina, tivemos mais um sinal de que o problema é muito mais sério do que possamos imaginar.

A chefe de reportagem da TV Coroados, filiada à TV Globo, Cristina Matos, jornalista com quem tive a oportunidade de conviver enquanto estudante do curso de jornalismo da UEL, foi vítima de ameaças, com fitas gravadas que estão em poder do Ministério Público e da Polícia na cidade de Londrina.

Para as senhoras e os senhores terem uma idéia, ela está afastada das suas funções.

Isso não acontece apenas em Londrina, mas em Curitiba, onde os comerciantes de bem estão se retirando dessa atividade que infelizmente está nas mãos de meia dúzia de criminosos que fazem escancaradamente a prática do dumping, que coagem aqueles outros donos de postos de combustível que não falam a mesma língua desses verdadeiros marginais.

Por isso, mais uma vez conclamo aqui aos senhores deputados, às senhoras deputadas, para que nós possamos fazer um debate muito mais aprofundado em relação a isso.

Chamo a atenção do senhor governador do Estado. O problema é muito mais grave, é muito mais sério. Esta jornalista, por ousar divulgar na televisão aqueles postos que não faziam parte do cartel e cobravam preço diferenciado daquele estabelecido pelos donos do cartel de combustível, está sendo ameaçada, afastada de suas funções, perseguida com ameaça de morte, inclusive.

Por isso, gostaria de novamente trazer este assunto à tona. É a fragilidade dos nossos órgãos de segurança pública.

Conclamo aqui o Ministério Público, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, o Sindicato dos Jornalistas, para que possamos tomar uma atitude muito mais concreta, a fim de que algo possa ser feito.

Mais uma vez, insistimos aqui, senhor governador do Estado, senhor secretário da Segurança Pública, Roberto Requião, não me venha com falácias!

É muito fácil chegar em Londrina e dizer que os policiais são preguiçosos e que deveriam deixar os quarteis e ir trabalhar. Não é bem assim!

Temos problemas muito mais sérios do que isso! Não precisamos de pirotecnia. Precisamos de ação antes que algo mais sério possa vir a acontecer!

Tenho certeza que aqueles deputados da base de sustentação ao governador Roberto Requião e até aqueles que têm uma sensibilidade maior em relação à segurança pública, possam inclusive fazer ver ao governador a gravidade dessa questão, que é muito maior do que qualquer ameaça isolada.

Senhor presidente, apenas para terminar, eu gostaria de deixar aqui esse assunto registrado nos Anais desta Casa e que as senhoras e os senhores deputados possam tomar algum tipo de providência. Não quero falar sobre o número alarmante de pessoas que estão sendo assassinadas, dos assaltos, dos seqüestros-relâmpagos, mas venho aqui apenas para alertar, porque uma coisa muito grave anda acontecendo e nós não podemos ficar inertes diante de tudo isso.

Concedo um aparte à deputada Elza Correia.

#### **(Passa a fazer uso do Horário da Liderança de seu Partido)**

**A Sra. Elza Correia**

Senhor deputado, agradeço o aparte.

Gostaria de dizer que estivemos em Londrina nesta semana e fomos convidados para participar da reunião que foi feita no fórum da cidade, a convite do doutor Miguel, o promotor, preocupadíssimo com a questão que V. Exa. expõe agora na tribuna.

Ouvimos, inclusive, a gravação e fiquei estarelecida, eu que já fui inclusive ameaçada de morte inúmeras vezes na cidade, e V. Exa. tem conhecimento disso. É incrível e apavorante, num momento em que a própria imprensa, que é a encarregada de nos informar, de prestar o seu serviço do ponto de vista de dar visibilidade a esses acontecimentos, começa a ser também atingida de uma forma tão violenta como é essa em relação à jornalista que V. Exa. coloca.

Tiramos uma pauta de reivindicações ao governo. Tiramos uma pauta, inclusive com a presença da Polícia Civil, da Polícia Militar, enfim, diversos órgãos e entidades da cidade para que a cúpula da Polícia Civil e da Polícia Militar, a própria Promotoria e outras entidades presentes, da forma como estão tocando o assunto, para que todos façam em Londrina uma atividade, um encon-

tro, uma reunião que seria importante que V. Exa. também estivesse presente, não só por ser deputado da região, mas também por ser jornalista, para que pudéssemos viabilizar alguns instrumentos, alguma forma de interferir no ponto de vista de intimidar a esses que estão tentando nos intimidar. E a Rede Globo está fazendo um papel que considero muito importante, que é divulgar na cidade os postos onde a gasolina está sendo vendida mais barato, isso como uma forma de desestruturar aquele quartel que evidentemente está estabelecido na cidade.

Então, queria me somar à sua preocupação e dizer que o senhor governador também receberá o resultado dessa reunião, e juntos haveremos de buscar uma solução!

Obrigada.

#### **O Sr. Tadeu Veneri**

Só quero parabenizá-lo e lembrar que o problema da violência não é, obviamente, um problema que está escrito ao Paraná e nem começou em janeiro, é um problema que já vem ocorrendo e, infelizmente, com o desmonte que o Estado foi submetido nos últimos anos. Mas parece-me que mais do que ficarmos apenas procurando quem são os responsáveis, é preciso - como o senhor bem disse - que haja uma reação da sociedade civil organizada.

Hoje, por uma dessas coincidências, o próprio Tribunal de Alçada está se manifestando também, porque há, por parte dos integrantes desse Tribunal, suspeitas que por estarem eles vindo para o Paraná, trazendo para o Paraná o mesmo processo que foi feito na Itália, que é o mãos limpas, estão também sendo hoje submetidos a todo o tipo de pressão, inclusive com ameaça de morte.

Acho que o Estado não pode se submeter àqueles que pensam em subjugar o Estado através do crime. Isto nós vemos em todos os níveis e me parece que intervenções como a sua, como da deputada Elza é que farão com que esta Assembléia, inclusive, tome para si uma ação que diz respeito a toda a população do Paraná.

Parabéns pela intervenção.

#### **O SR. BARBOSA NETO**

Muito obrigado, deputado Tadeu Veneri.

Muito obrigado, deputado Elza Correia.

E vejam bem, senhoras e senhores, nós não queremos aqui ocupar este precioso espaço apenas para ganhar os holofotes da mídia, não. É algo muito mais sério que pessoas próximas a todos nós estão sendo vítimas da violência.

Fiquei sabendo que inclusive um deputado desta Casa também teria sido vítima de um assalto, dias atrás - o próprio Secretário Renato Adur, imagine outras pessoas inclusive que não têm esta condição da nossa, como deputados, inclusive ligados até a órgãos da administração, para que o Paraná não se torne um Rio de Janeiro, para que não se transforme numa São Paulo...

#### **(Término do tempo)**

#### **O Sr. Presidente concede ao orador mais um minuto para concluir o pronunciamento.**

Era isto. Apenas para dizer que não nos transformamos em um dos Estados mais violentos da Nação, que eu conclamo até o governo para que alguma providência seja tomada e que nós também, através de reuniões, possamos encontrar soluções, como disse a deputada Elza Correia para amenizarmos um pouco esta situação que, na minha opinião, está gravíssima.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, deputado Jocelito Canto.

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O deputado Barbosa acabou de falar sobre a segurança e justamente neste dia também nós gostaríamos de falar deste momento que vive o Paraná, um momento de violência em cada cidade. Nós estamos vivendo não só na região de Londrina, mas também na região dos Campos Gerais, na região de Ponta Grossa, um grande momento de falta de segurança.

Há poucos dias, mais uma tentativa de fuga da cadeia de Jaguariaíva. Em Castro, no sábado, senhor presidente, senhores deputados, mais uma fuga de presos.

Esta é a décima primeira fuga em um ano e meio. Vejam os senhores, Castro já é recordista nacional em fuga de presos e no sábado fugiram mais três, pela frente da delegacia, levando carabina e revólver da polícia de Castro! Mais uma vez aquela comunidade se assusta pois a cidade de Castro vive ainda 40 dias do desaparecimento de uma jovem de doze anos de idade, melhor dizendo uma criança de doze anos sumiu, desapareceu e ninguém sabe para onde foi.

Na cidade de Carambeí morreu neste final de semana também, um suíço que lá morava e que foi morto por ladrões dentro de sua chácara.

Há poucos dias o presidente do Conselho de Segurança, também de Carambeí, foi visitado por dois elementos que deram dois tiros no mesmo, ficando vários dias internado em casa hospitalar da região de Ponta Grossa. Sem contar senhor presidente, assaltos a ônibus na região de Palmeira, onde toda a semana tem um, onde turistas estão sendo perseguidos com os elementos usando inclusive, metralhadora, escopeta.

A cada semana um assalto naquela rodovia que liga à cidade de Curitiba.

Neste final de semana tivemos uma tentativa de assassinato contra um repórter policial, da tevê a cabo de Ponta Grossa, companheiro Zeca, que levou dois tiros - eram cinco tiros. Ficou internado por alguns dias, quase morreu porque estava denunciando as falcatruas e o tráfico na cidade.



O senhor tem toda a razão deputado Barbosa, estamos vivendo um clima de total insegurança no Paraná.

Em Ipiranga um fazendeiro foi assaltado.

Alguma coisa tem que ser feita, porque não aguentamos mais, não suportamos mais essa violência. Carambeí, Castro, Palmeira todas as cidades dos Campos Gerais.

Eu queria senhor presidente, consultar à Mesa, sobre a polêmica dos automóveis.

O que é que os deputados fazem com os carros? Consulto V. Exa. se posso trocar o meu carro, um deles, - porque tenho dois, por um carro funerário. Será que a Assembléia me permitiria?

É para trazer os que estão morrendo por falta de UTI em Ponta Grossa, uma cidade que tem 300 mil habitantes, uma região que tem 700 mil habitantes e 18 leitos de UTI.

Eu queria pedir a esta Casa já que tem essa polêmica dos carros, que está morrendo gente, e providência nenhuma se toma, então, vou comprar um carro funerário, trocar o meu, para transportar as pessoas que estão morrendo por falta de UTI.

Sei que faz pouco tempo que este governo assumiu, mas a vida é uma questão de respeito. À vida e, principalmente à dos mais pobres e preferencialmente pelos mais pobres deve-se dar atenção!

Quero fazer esse pedido aqui. E mais uma vez lembrando que uma cidade e uma região como Ponta Grossa não pode ficar com 18 leitos de UTI para 700, 800 mil pessoas! Isto é uma vergonha! Uma vergonha para o Paraná. Uma vergonha para nós! Uma vergonha para o povo inteiro.

Gostaria de encerrar e agradecer essa oportunidade de falar. Mais uma vez eu torço para que as UTIs aconteçam na região dos Campos Gerais. É aquilo que falei: vou ter que todo dia vir aqui falar, para que alguém tenha a sensibilidade, faça alguma coisa para o povo ou senão vou ter que trocar o meu carro. Vai ter que ser um carro funerário, senhor presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nobre deputado, quero mais uma vez esclarecer sobre os carros da Assembléia.

A imprensa recebeu hoje a relação dos carros que estão à disposição dos deputados.

O deputado tem dois carros à sua disposição, cada deputado usa o carro da forma que lhe convém. Se o senhor quer transformar o seu em carro funerário, é problema seu. Tem uma legislação municipal, em Curitiba, que não permite que sejam transportados defuntos por carros não apropriados.

Concedo a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli, no Pequeno Expediente.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Desde o início do governo Lula, estamos vivendo com notícias alvissareiras. Uma das mais aguardadas é a reforma tributária.

Tenho certeza de que todos os parlamentares são questionados a esse respeito, e eu, neste momento, quero reafirmar o compromisso já assumido há muitos anos, de promover a reforma tributária. Assim procedi quando estive lá em Brasília: como deputado federal, fazia parte da Comissão de Finanças e Tributação e também da Comissão Especial da Reforma Tributária.

Hoje nós estamos vivendo um momento importante. Semana passada o presidente Lula reuniu-se com os governadores para tratar de assuntos específicos, reforma da previdência, reforma tributária.

O que me causa espécie, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, foram as notícias que tive oportunidade de ler nos jornais, e também de assistir nos telejornais. Um dos pontos que eu considero - para o Paraná - dos mais importantes, vai ser deixado para ser resolvido numa segunda etapa. Uma matéria da Veja esta semana se refere a este assunto e diz o seguinte: "para uma segunda etapa, para as calendas."

O que isso quer dizer? Que não será resolvido! É a questão da tributação do ICMS se na origem ou no destino. Todos nós sabemos o tamanho do prejuízo que o Paraná sofre todos os anos, com a isenção do ICMS sobre a energia elétrica, principalmente a que é gerada pela hidrelétrica de Itaipu. Eram 400 milhões de reais, deputada Elza Correia, antes dos sucessivos aumentos de energia que tivemos no último ano. Hoje, acredito, deve estar perto dos 500 milhões de reais! É o prejuízo que o Paraná tem, todos os anos, ao exportar a energia gerada por Itaipu! Por quê?

Porque na Constituição de 1988 ficou estabelecido que energia elétrica e derivados de petróleo, petróleo por conseguinte, que fossem enviados por outro Estado seriam isentos na origem, mas são tributados no destino. Com isso o Paraná perde 400 milhões! O Estado que mais tem privilégios é o Estado de São Paulo que é o mais industrializado, é o que absorve a maior quantidade da energia gerada por Itaipu.

Esta energia chega no Estado de São Paulo e simplesmente o seu governo, através das diversas distribuidoras que fazem esse trabalho, coloca seus 17, 18 ou 25% de ICMS sobre a energia. O único trabalho que ele tem é de emitir uma nova fatura com o valor do ICMS acrescido! Então, São Paulo tem esse lucro já no momento que distribui a energia elétrica e tem um segundo lucro porque esta energia vai servir às indústrias e esta energia transforma-se em produtos, agrega valor! E, novamente São Paulo, que é o Estado mais industrializado, quando exporta os produtos ali produzidos, não só para o Paraná mas para todos os Estados brasileiros, agregou o valor da energia e cobra o ICMS que vem para o Paraná com 12% e para outros Estados com tarifas diferenciadas, como é o caso dos Estados do Norte e do Nordeste!

Então vejam os senhores, no momento em que vamos discutir a reforma tributária o Paraná não pode concordar que este ponto fique para ser discutido num segundo tempo ou não sabemos quando vai ser decidido. Nós que temos mandato no ano de 2003, não poderemos ser considerados omissos, como considero que foram aqueles que estavam aqui e estavam em Brasília em 1988, quando o então senador José Serra, na época deputado federal, promoveu esta emenda constitucional beneficiando o seu Estado.

É o momento de o Paraná se levantar, é o momento de os deputados e da sociedade civil organizada do nosso Estado fazerem um trabalho no sentido de que seja resolvido isso agora. Não podemos permitir que - para não ferir interesses de São Paulo ou de Minas Gerais - o Paraná continue perdendo 500 milhões de reais por mês! E mais ainda, todos os municípios do Paraná perdem uma quantia!

Vejam os senhores como é feita a distribuição do ICMS: é contado o valor agregado, tudo o que o município agrega é contado, e vai para um bolo para ser distribuído. Foz do Iguaçu agrega todo o valor que é gerado por Itaipu, é seu direito de agregar esse valor, só que na verdade agrega apenas o valor numérico, porque o valor em recurso não entra no caixa do Tesouro do Estado; só consta como número! Agora, na hora de dividir, é natural, é legal que Foz do Iguaçu receba esses recursos! E para que receba e Araucária também receba sobre o petróleo, tem que haver uma distribuição.

Então, cada município do Paraná entra com uma parcela e paga a conta. Não podemos deixar que isso continue acontecendo. Não podemos calar. Não podemos dizer: não, esse é um problema dos deputados federais, dos senadores, do governador! É de todos! Temos que fazer um trabalho no sentido de o Paraná receber aquilo que tem direito!

Meu Deus, de 1988 para cá, quanto já foi perdido?

Lembro muito bem da época em que fui prefeito de minha cidade, participando da Associação dos Municípios do Paraná como prefeito e já tínhamos essa preocupação, porque notávamos que a cada nova turbina de Itaipu que entrava em ação, maior era a distribuição de ICMS para essas cidades, em detrimento das outras cidades do Paraná.

#### O Sr. Reni Pereira

V. Exa. foi muito feliz na sua explanação. Gostaria de convidá-lo, já está em funcionamento uma comissão nesta Casa, que é uma comissão de acompanhamento para que nós cumpramos com nosso papel de representantes da população do Paraná, justamente vem de encontro com o que V. Exa. vem apregoando, que não podemos permitir de cochilar novamente, neste momento tão importante da vida do nosso País, e que vai influenciar muito o destino do nosso Estado. Não podemos esquecer que estaremos perdendo a competência legislativa naquilo que é mais importante para que o Estado possa

gerar suas políticas públicas, que é em cima do tributo que dá a receita. Temos responsabilidade não só no que diz respeito ao ICMS, que é nossa principal receita estadual, mas também temos que nos preocupar com os municípios que também na mesma esteira perderam não só a competência legislativa e como V. Exa. muito bem colocou, não podemos chorar sobre o leite derramado depois, porque, a exemplo de 88, como algumas distorções foram cometidas, e nós perdemos muito!

Então, gostaria de usar esse aparte para comunicarlhe que já existe uma comissão nesta Casa e está acompanhando; estamos vigiando. Estaremos colocando todo o trabalho que vem sendo desempenhado por esta Comissão à disposição da Presidência da Casa, para que todos os deputados, como V. Exa., preocupados com essa questão, possam ter acesso ao tipo de trabalho que fazemos nessa comissão.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço o aparte do ilustre deputado Reni, que é um especialista na área, tendo em vista que é auditor fiscal e conhece a fundo a legislação.

Gostaria de dar um aparte ao senhor deputado José Maria Ferreira.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem mais um minuto para encerrar seu pronunciamento.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, gostaria de dar o aparte; é um assunto envolvente, é um assunto de suma importância.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está concedido um acréscimo de três minutos.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço, senhor presidente, e concedo aparte ao deputado José Maria Ferreira.

#### O Sr. José Maria Ferreira

V. Exa. traz para reflexão um assunto importante. O Estado do Paraná tem levado há alguns anos, um prejuízo enorme em função de uma decisão que tomaram, e nós não tivemos força política ou energia suficiente para estancar, que foi a Emenda José Serra, em 1988. Se não fizermos nada vamos ter as mesmas dificuldades. Por quê?

Porque seis Estados já concordaram com a cobrança da energia no destino! Isto é um prejuízo enorme para o Paraná, e provoca internamente um desastre de receita extremamente cruel.

Dos 399 municípios do nosso Estado, 249 vão perder receitas pelo índice de participação do ICMS, neste ano de 2003!

Ora, isto reflete uma concentração da atividade econômica em algumas regiões e perdas significativas

para outras e posso dizer, na minha região de Ibiporã e Londrina, que sempre foi a terceira em arrecadação, perde a posição para a cidade do Dobrandino, que é Foz do Iguaçu. Londrina perde quase 5% do índice que determina a participação na receita e Foz do Iguaçu eleva em 6.69! Mostra já uma concentração!

Se não tivermos cuidado com esta nova situação, vamos acentuar ainda mais as diferenças nas nossas regiões.

Não é apenas uma questão de receita para o Estado do Paraná, mas é uma concentração de renda em alguns municípios em detrimento de outros, e perde o Estado, por consequência, por não ter esses recursos para atuar aonde deveria.

Por isso, V. Exa. está de parabéns.

O deputado Reni está com a presidência desta Comissão e já fez o convite; eu sei que com a sua experiência e convivência, muito viria a contribuir com esta comissão.

Obrigado.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Obrigado, deputado José Maria, e estaremos presentes nas reuniões desta Comissão Especial.

Para encerrar, gostaria de deixar consignado que na minha passagem por Brasília, como deputado federal, tentei lá reverter este processo: apresentei uma emenda constitucional que visava corrigir esta falha, ou seja, tirando aquele artigo das Disposições Transitórias, onde diz que a energia elétrica e petróleo são isentos quando exportados para outros Estados. Infelizmente não consegui e não tive o apoio da sociedade civil organizada, do Estado, e mais, tive o grande lobby do Estado de São Paulo que não deixou a emenda seguir os seus trâmites normais e ela acabou morrendo numa gaveta ao terminar aquela legislatura.

Concedo aparte ao deputado Dobrandino da Silva.

#### O Sr. Dobrandino da Silva

Deputado Carli, é, disparado, a mais relevante discussão nesta Casa e lá em Brasília, sobre essa matéria. O ICMS da maior usina do mundo, Itaipu, São Paulo, além de não pagar o tributo, muitas vezes nem sequer a energia eles pagam para Itaipu! Houve época em que ficavam seis meses sem pagar a energia que compram e vendem, e recebem o ICMS.

Impetrei uma ação muito grande quando prefeito, na Justiça e ganhamos no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, considerando que o valor agregado é que tem que receber realmente isso e Foz do Iguaçu recebe, porque a sede da usina, a indústria propriamente dita, que é Foz do Iguaçu, mas o município ainda perde 50% da energia; só recebe a parte brasileira, porque a usina é do Brasil e do Paraguai. Os outros 50%, deputado Hermas Brandão, não recebe porque a metade da usina é do Paraguai.

Veja o tamanho da perda que o Paraná está tendo. Foz do Iguaçu recebe, que é um direito, porque a usina é

lá. A mesma coisa as fábricas de automóveis aqui em Curitiba, onde a matéria-prima pode vir de outros Estados ou de outros municípios, ela fica em Curitiba porque a indústria é aqui. E assim Foz tem o direito de receber porque lá é a indústria, mas está perdendo. É um absurdo que São Paulo dê, na verdade, uma espécie de um calote no Estado do Paraná com esse desvio de uma receita tão importante para o Paraná poder cumprir com seus compromissos. Sabemos que sem o devido recurso, muitas vezes não se pode fazer aquilo que é de interesse da população.

Deputado Fernando Ribas Carli seu pronunciamento é de grande relevância, de urgência, e deve o Paraná se posicionar com mais veemência perante essa matéria que é importante para a sobrevivência do Estado.

Obrigado pelo aparte.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

É certeza que Foz do Iguaçu tem todo o direito de receber, não tenha dúvida; quem não tem o direito de fazer o que está fazendo com o Paraná, é o Brasil!

Nós temos que corrigir essa falha! Acredito que nós, unidos, de mãos dadas, todos, Legislativo, Executivo, Judiciário, uma grande força, a força do Paraná, vamos fazer um movimento paranista que, sem dúvida nenhuma, terá sucesso nesta empreitada.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, no Pequeno Expediente o deputado André Vargas.

#### O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Essa discussão que o deputado Fernando Ribas Carli aponta, necessita de fato, desta Casa, um estudo, uma análise mais adequada e um acompanhamento daquilo que se propõe, da reforma tributária a nível federal. Há inúmeras distorções em relação ao modelo tributário do país.

Faço uso da palavra, senhor presidente, porque estive em Iretama e presenciei, um modelo que pode ser não ideal, porque infelizmente não vivemos uma situação de uma realidade ideal para o nosso país, mas onde convivem assentamentos promovidos pelo movimento social e assentamentos promovidos pelo governo.

Quero aqui, de público, parabenizar o prefeito que sabe conciliar e é um prefeito que dá atenção especial à situação fundiária. Lá os assentamentos recebem apoio, não só apoio federal, mas também o apoio da prefeitura.

Vi inúmeras famílias de Londrina, que viviam pelas periferias da cidade em condições sub-humanas, vivendo em situações de marginalidade mesmo, sofrendo inclusive, a pressão da violência urbana e o tráfico de drogas. Vi famílias inteiras vivendo com dignidade e do suor do seu rosto, do seu trabalho. No país nós precisamos, sem dúvida nenhuma, de inúmeras reformas, mas a

agrária é uma reforma nos marcos de uma economia capitalista, ao contrário do que pensam alguns. A reforma agrária não se trata apenas de uma questão ideológica, mas de uma questão econômica. Tudo que se produz para a mesa do brasileiro vem da agricultura familiar, e vem, também, dos assentamentos que merecem e têm apoio dos governos.

Nós precisamos, no Paraná, sincronizados com o governo federal, vocacionado que é para a implantação de um novo modelo agrário e agrícola do país, precisamos dessa sintonia com as prefeituras.

É muito raro, deputada Luciana Rafagnin, encontrarmos prefeitos despídos, muitas vezes dos seus interesses, das pressões locais dos latifundiários, que fazem a sintonia local para que a reforma agrária aconteça.

Vivemos um momento grave da nossa Nação, onde o presidente sinaliza com o combate à fome. Mas a fome, não é só de alimentos: é a fome de cidadania, fome de terra, fome de trabalho, fome de dignidade e de vida, vida em abundância.

Pude, no dia da Páscoa, em reunião com aqueles assentados, sentir a plenitude da Páscoa, que é o renascimento da vida. Famílias que lá em Londrina viviam muito mal, sobreviviam ou tinham uma meia vida, tendo lá na terra, no manuseio da terra, vivendo do seu trabalho, um verdadeiro renascimento.

Parabéns ao prefeito daquela cidade. Nós deputados devemos sempre estar presentes nessas experiências, conhecendo a verdadeira experiência da terra e da reforma agrária, para que vivamos, sim, no Parlamento, um debate referenciado na realidade, não referenciado apenas no campo das idéias.

Senhor presidente, todos nós deputados deveríamos e deveremos, sem dúvida nenhuma, sermos convidados a conhecer aquela experiência.

#### O Sr. Barbosa Neto (Aparte)

Gostaria apenas de parabenizar V. Exa, como já o fiz inclusive através da televisão, e parabenizar o prefeito de Londrina Nedson Miqueletti e o próprio prefeito Sâmis Saab, do PDT, o nosso partido, por essa grande realização. E acima de tudo, nós que conhecemos muito bem a dificuldade da periferia de Londrina, sabemos que o problema da violência lá é ocasionado, principalmente, por aquelas famílias que vêm de cidades menores ou mesmo da zona rural, para as grandes cidades. Um fenômeno que não é apenas acontecido em Londrina, mas nas grandes regiões metropolitanas do nosso Estado e do nosso país. Através de propaganda enganosa, principalmente, deixam as suas cidades, os seus redutos e se instalam nas grandes cidades, que acabam absorvendo pessoas que são muitas vezes despreparadas para entrarem no mercado de trabalho. E aí começa esse círculo vicioso: o desemprego que leva ao descaminho, às drogas, à prostituição, e conseqüentemente, à violência. São vítimas dessa prática, e nós temos que parabenizar iniciativas como a do prefeito de Londrina, como a do prefeito de

Iretama, também reforçar aqui que o Pronaf e que outros projetos possam viabilizar a permanência daquelas famílias que têm ligação campesina, para que eles possam ter o resgate da dignidade e da sua auto-estima.

Parabéns ao presidente do PT, parabéns à Prefeitura de Londrina e principalmente à Prefeitura de Iretama, onde o prefeito Sâmis Saab, está viabilizando essa oportunidade àqueles que não têm condições de se radicar nas grandes cidades.

Parabéns, senhor deputado.

#### O SR. ANDRÉ VARGAS

Para concluir, também tivemos nessa última semana, deputada Luciana Rafagnin, V. Exa. que também acompanha, instalado lá em Londrina o Sistema Cresolo, levando uma experiência que se iniciou no Sudoeste, que nós conhecemos juntamente com o presidente da República, do crédito solidário para o pequeno e médio agricultores, principalmente o pequeno agricultor, levado a Londrina, também como avanço para manutenção do homem na terra e dar as condições para o financiamento.

Portanto, soluções existem, basta que nós, os políticos escolhidos para encontrar, acionar e implementar essas soluções, o façamos.

Era isso, senhor presidente!

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

(Declinam)

Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio.

Projetos de lei em nº 03 (três) de autoria do deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 06 (seis) de autoria do deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. Necessitam de apoio.

sitam de apoioimento. Necessitam de apoioimento.  
**Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação de matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 034/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação da Lei nº 3.415, de 02 de dezembro de 1957, que declarou de Utilidade Pública a Associação das Senhoras da Caridade de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 083/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2003, que objetiva alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS), modificando e acrescentando dispositivos em seu anexo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2003, de 10.03.2003 - Mens).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 120/2003, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que altera o artigo 1º, da lei nº 12.385, de 28 de dezembro de 1998, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, Anjo da Guarda. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 007/2003, de 18.03.2003).**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2003, que altera dispositivos da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996 (Paranacidade), conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Rejeitada.**

O Projeto irá à 3ª discussão.

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/2002, de autoria dos deputados José Maria Ferreira e Orlando Pessuti, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao professor Doutor Mehry Bacila. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 114/2002, de 09.09.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 622/2002

P A R E C E R :

#### Relatório

De autoria dos deputados José Maria Ferreira e Orlando Pessuti, o presente plano de lei concede Título

de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao professor Doutor Mehry Bacila.

#### Fundamentação

No tocante ao aspecto legal da matéria, a mesma está de acordo com a Lei nº 13.155/2001, que trata dos requisitos necessários para a concessão de Título de Cidadania Honorária ou Benemérita Paranaense.

#### Conclusão

Assim sendo, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Portanto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votação secreta.

Solicito ao 1º secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede a chamada nominal**)

Quarenta e dois senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e dois deputados votantes.

Designo a comissão: Elio Rusch, Ademir Bier e Hermes Fonseca para escrutinarem os votos.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para comunicar aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, que teremos após a Sessão, uma reunião informal em nosso gabinete, e ao mesmo tempo tornar público à Casa que amanhã, às 10h30 estará o procurador da República, Celso Três, depondo na CPI do Banestado.

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito José Roberto Luiz, da nossa cidade vizinha de Maringá, de Floresta, e também nosso companheiro de partido.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As boas-vindas ao prefeito.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para anunciar a presença do senhor André Galvão, advogado, militante na área da cultura, e Cláudio Ribeiro, do Fórum Permanente de Cultura do Paraná, fazendo um trabalho importante de articulação na questão da cultura, dos incentivos, da Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Paraná e também conversando com os deputados.

O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de anunciar também a presença do presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado do Paraná, o Ramada e o vice-presidente, Mauro, que estão nos auxiliando na Comissão Parlamentar Externa da Reforma Tributária, dando sugestões e refletindo também aspectos tributários, dando uma contribuição técnica de fundamental importância para esta comissão instalada nesta Casa.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado.

Para anunciar o resultado da votação, solicito ao nobre deputado Carlos Simões.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Trinta e nove senhores deputados votaram SIM; tivemos um voto em branco e dois votos NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está aprovado, em 1ª discussão, o projeto que concede o título de Cidadão Benemérito ao doutor Bacila.

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 683/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Rede Brasileira para Conservação dos Recursos Hídricos e Naturais Amigos das Águas, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/2002, de 30/10/2002)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 683/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Rede Brasileira para Conservação dos Recursos Hídricos e Naturais Amigos das Águas, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que altera o parágrafo único da Lei nº 13.738, de 24 de julho de 2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM

EMENDA MODIFICATIVA DA COPTC. (**Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003**)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 050/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, altera o parágrafo único da Lei nº 13.738, de 24 de julho de 2002.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 050/2003

P A R E C E R :

Objeto desta análise, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, visa alterar o parágrafo único da Lei nº 13.738 de 24 de julho de 2002.

Sobre a matéria, vale salientar que é possível alterar uma lei através do referido projeto de lei.

Através da Lei nº 13.738 de 24 de julho de 2002, a doação do lote de terras foi realizada à Prefeitura Municipal de Morretes, devendo o imóvel doado ser destinado exclusivamente para a instalação da Polícia Florestal e a APAE.

Ocorre que a área doada é extensa e pode ser destinada a outras construções e serviços que serão extremamente úteis ao município e à sociedade.

Constatamos também que, em análise ao pronunciamento da Prefeitura Municipal de Morretes, vimos que a mesma só está no aguardo da aprovação do projeto de lei, para iniciar a construção das obras para a instalação do Corpo de Bombeiros.

Assim sendo, sugerimos a apresentação da Emenda Modificativa, no sentido de substituir a expressão do parágrafo único do artigo 1º “para outros serviços do Poder Executivo”, por “instalação do Corpo de Bombeiros”, pretendemos assim regulamentar a matéria a destinar autorização específica ao que se pretende.

Portanto, concluímos que da forma indicada, o referido projeto de lei estará apto a prosseguir sua normal tramitação nesta Casa obtendo desta Comissão seu parecer favorável na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 08.04.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA  
Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
EMENDA MODIFICATIVA  
PROJETO DE LEI Nº 050/2003

Substitua-se ao parágrafo único, do artigo 1º, a expressão “para outros serviços do Poder Executivo” por “instalação do Corpo de Bombeiros”, passando à seguinte redação:

“Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para instalação do Batalhão da Polícia Florestal, para APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes, e para instalação do Corpo de Bombeiros, no município de Morretes, não podendo ser dado outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos”.

Sala das Comissões, em 08.04.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA  
Presidente e Relator

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Elton Carlos Welter e Elza Correia.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 696, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 050/2003.

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2003, de autoria dos deputados Barbosa Neto e Elza Correia, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Francisco de Assis Lemos de Souza. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 005/2003, de 11/03/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 099/2003

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 99/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto e Elza Correia, o qual concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Francisco de Assis Lemos de Souza, consideramos que o presente encontra-se de acordo com a Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a matéria, não havendo impedimento para que tramite normalmente nesta Casa de Leis.

Sendo assim, o parecer desta Comissão é favorável.

Sala das Comissões, em 01.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
NEIVO BERALDIN - Relator

Em votação.

O SR. BARBOSA NETO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, apenas para dizer quem foi Chico Lemos.

Este é um projeto de minha autoria e da deputada Elza Correia sobre um dos membros tenazes da liga camponesa do Noroeste. Ele que foi presidente do Iapar, foi assessor do ex-governador José Richa e está com setenta e quatro anos de idade, é um expoente nacional que merece essa honraria que, com certeza, os deputados que apoiarem este projeto, concederão a Chico Lemos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)  
(**Procede à chamada nominal**).

Quarenta senhores deputados compuseram a lista de votantes, neste projeto.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Designo os deputados Reni Pereira, Hermes Fonseca e Renato Gaúcho, para a contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)  
(**Procede à contagem dos votos**)

Trinta e nove (39) deputados votaram SIM; Um (01) NÃO.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Declaramos **aprovado**: trinta e nove votos SIM. Um, NÃO.

Sobre a mesa, Requerimento nº 700, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. RAFAEL GRECA (**Para Encaminhar**)

Senhora presidente, senhores deputados.

Quero me associar ao presidente da Assembléia pelo júbilo dos paranaenses por ocasião do centenário do escritor Walfrido Piloto, que também foi destacado servidor da Polícia Civil do Paraná, inclusive na condição de chefe da Polícia do Estado. O ilustre paranaense que hoje comemora seu centenário é natural da cidade do Porto de Cima e irmão do ilustre escritor e pedagogo, Erasmo Piloto, que foi um dos precursores da pedagogia paranaense.

O meu confrade da Academia Paranaense de Letras, professor e centenário é uma das expressões da cultura do Paraná e chega neste dia 22 de abril aos 100 anos de idade, com grande vitalidade e jovialidade. Vem inclusive do seu retiro em Guaratuba, para Curitiba, para uma Sessão que se dará, daqui a pouco, no Centro de Letras, onde nós, seus companheiros da Academia Paranaense de Letras, vamos com ele, moço de 100 anos, comemorar o seu aniversário.

Fique, portanto, para a História, o registro do reconhecimento dos paranaenses a esse escritor centenário que atravessou o século, desde 1903, quando nasceu na pequenina Porto de Cima, na Praça Comendador Macedo. Foi batizado na Igreja de Nossa Senhora da Guia e São Sebastião, no sopé do Pico do Marumbi e chega hoje a essa moderna Curitiba completando 100 anos de vida lúcida, de vida útil, toda ela de amor à brava gente e à grandiosa terra do Paraná!

A deputada Cida Borghetti me pede que diga à Assembléia e para os Anais, que a localidade do Porto de Cima é um distrito e uma freguesia do município de Morretes.

Eu, empolgado com a beleza do Porto de Cima, me esquecia de dizer isso. Quero também dizer que o Porto de Cima é a terra do meu bisavô, do comendador José Ribeiro de Macedo e também a terra dos Pilotos todos, essa bela localidade situada às margens do Rio Nhundiaquara!

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Em votação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 698, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 699, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 701, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 662 e 663, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 664 a 666, de autoria do deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 667, de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 668, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 671 e 672, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 673 e 674, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 675 a 677, de autoria do deputado Antonio Aníbelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 678, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 679 a 681, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 622/2002 e 099/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar nºs 134/2002, 110/2003 e dos de Resolução nºs 005 e 006/2003.

Levanta-se a Sessão.

#### Atas de CPI:

##### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU/ARANACIDADE ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, às 16h30, foi realizada a quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Luiz Fernandes da Silva Litro, Jocelito Canto e justificada a ausência do senhor Padre Paulo Campos. O senhor presidente iniciou os trabalhos da CPI sobre o recebimento de cópias dos documentos solicitados à Sedu e ao Tribunal de Contas do Estado e que serão distribuídos aos subgrupos para análise. O senhor deputado Elio Rusch, usando a palavra, sugeriu ao senhor presidente, para que não instrísse o Plenário a aceitar crítica ao governo anterior com palavras ofensivas, atendo-se tão somente aos assuntos relativos à CPI. O senhor presidente acatou a sugestão e prosseguiu os trabalhos. Usando a palavra, o senhor deputado Artagão Júnior propôs ao presidente solicitar ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná - CREA, a indicação do senhor José Luzo de Souza Fernandes, engenheiro agrônomo daquele órgão, para realizar perícias em obras a serem inspecionadas por esta CPI. O senhor presidente acatou a sugestão do senhor relator e colocou à apreciação dos membros da CPI, a qual foi aprovada. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrou a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após



lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
BANESTADO  
ATA DA 6ª REUNIÃO

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elza Correia, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Doutor Luciano, Pedro Ivo Ilkiv, Fernando Ribas Carli, Dobrandino da Silva e Ademir Bier. Participou também da reunião o deputado Reni Pereira. Havendo número legal o senhor presidente iniciou aos trabalhos requerendo a deliberação sobre os seguintes assuntos: requisição dos seguintes documentos: negociação das Empresas AT Computação Gráfica Ltda., Documenta Produções Cinematográficas Ltda., ME, Estúdios Unidos Publicidades e Propaganda S/C Ltda. e Clamar de Terraplanagem Ltda., junto ao Banestado, que culminaram na dação em pagamento, a este último, de crédito de precatórios requisitórios; a concessão de empréstimos pelo Banestado, à Documenta Produções Cinematográficas Ltda. ME; a concessão de ECC não rotativo à empresa DM Construtora de Obras Ltda., pela Banestado; A redução de valor da garantia oferecida pela DM Construtora de Obras Ltda. ao Banestado e a decisão na redução de sua dívida; a aceitação do Banestado, de créditos de precatórios requisitórios da Dersul, em pagamento de dívidas relacionadas a contratos Finame, firmadas entre Banestado e as empresas DM Construtora de Obras Ltda., Keramische Construtora e Rodoférrea Construtora de Obras Ltda.; a negociação de dívidas com a empresa Xingu Construção de Obras Ltda. com o Banestado que envolveu a entrega, por parte desta última, de precatórios requisitórios do Dersul; balancetes do Banestado e das empresas do Conglomerado; relatórios de auditorias internas e externas do Banestado e do Conglomerado de 1995 a 2000; autorizar que um auditor da comissão e um auditor do Ministério Público verifiquem *in loco* documentos acima relacionados para fotocopiar o que for necessário a esta Comissão. Em votação, APROVADO. Quebra de sigilo bancário das empresas, cujos nomes foi solicitado ao Dr. Marcelo Couto de Cristo a leitura da relação destas, previamente encaminhada para cada deputado presente à reunião. São elas: A.T. Computação Gráfica Ltda; CH Administração e Participações SC Ltda.; Construtora Greca Ltda; Grupo Econômico formado pelas Empresas: DM Construtora de Obras Ltda. e DM Rodoférrea Construtora de Obras Ltda.; Grupo Econômico formado pelas Empresas: EBEC - Engenharia Brasileira de Construção, C.R.

Almeida S.A. Engenharia e Construções e Henrique do Rego Almeida e Cia Ltda.; Indústrias Reunidas São Jorge S.A.; Ocidental Distribuidora de Petróleo Ltda.; Raphael F. Greca & Filhos Ltda.; Sofhar Informática e Eletrônica Ltda.; Tibagi Engenharia Construções e Mineração Ltda.; Xingu Construtora de Obras Ltda. Em votação. APROVADO. A seguir, o senhor presidente agradeceu a presença do senhor Domingos Tarso Murta Ramalho, ex-presidente do Banestado, convocado a prestar esclarecimentos a esta Comissão, bem como ao senhor Alceu Carlos Preisner, ex-diretor do Banco Del Paraná, que compareceu independentemente de convocação para contribuir com os trabalhos. Após a leitura do termo de compromisso, os depoentes passaram a responder as inquições dos deputados presentes, as quais constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão. Em termos: presentes à reunião, os senhores deputados Ailton Araújo e Francisco Bühner.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
BANESTADO  
ATA DE 7ª REUNIÃO

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elza Correia, Luciana Rafagnin, Nelson Justus, Doutor Luciano, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Waldir Leite e Ademir Bier. Participaram também da reunião os deputados Reni Pereira e Ângelo Vanhoni. Havendo número legal o senhor presidente iniciou aos trabalhos. Requerida a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior o senhor presidente submeteu o requerimento em votação, APROVADO. A seguir o senhor presidente concedeu a palavra ao deputado Nelson Justus que o elogiou pela lisura com que vem conduzindo os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O deputado Neivo Beraldin reiterou que não recebeu resposta alguma do Tribunal de Contas do Paraná sobre Ofícios nºs 02/2003, 15/2003 e 23/2003 enviados a este em dois de março, primeiro e sete de abril do corrente ano. A seguir agradeceu a presença da senhora Teresa Cristina Grossi Togni, ex-diretora de Fiscalização do Banco Central do Brasil, convidada a prestar esclarecimentos a esta Comissão. Após a leitura do termo de compromisso, a depoente passou a responder às inquições dos deputados presentes, as quais constam das notas taqui-

gráficas que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes a reunião e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretário

## Atas de Comissão:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA 06ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Tadeu Veneri, Chico Noroeste, Jocelito Canto, Delegado Bradock, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Doutor Luciano, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, Nelson Justus e mais os senhores Edson Praczyk, Elza Correia, Nereu Moura, Pedro Ivo e Ângelo Vanhoni. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 110/2003 de autoria do senhor deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 130/2003, de autoria do senhor deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Chico Noroeste - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 134/2002, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do senhor deputado Tadeu Veneri e Projeto de Lei nº 170/2003 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Doutor Luciano na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 171/2003, de autoria do senhor deputado Nelson Justus. O senhor deputado Tadeu Veneri, relator da matéria, REQUER DILIGÊNCIA junto à entidade - DEFERIDO pelo senhor presidente. 06) Projeto de lei nº 121/2003 de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 138/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

### COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 127/2003 e o deputado Elton Carlos Welter apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 683/2002, que foi APROVADA sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

## Pauta da CCJ:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA - 22.04.2003

#### 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 648/2002. Autor: deputado José Maria Ferreira. Regulamenta o art. 8º das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná de 1989. **Relator: deputado Hermes Fonseca. Designado em 10.04.2003.**

Projeto de Lei nº 163/2003. Autor: Deputado Doutor Luciano. Proíbe a discriminação aos portadores de vírus HIV ou às pessoas com AIDS e dá outras providências. **Relator: deputado Hermes Fonseca. Designado em 10.04.2003.**

Projeto de Lei nº 166/2003. Autor: Deputado Hermas Brandão. Altera a Lei nº 13.131, de 16 de abril de 2001, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibiporã. **Relator: deputado José Maria Ferreira. Designado em 10.04.2003.**

## Balancete:

OFÍCIO Nº 006/2003

Curitiba, 08 de abril de 2003.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete de Verificação

deste Poder referente ao mês de Março/2003, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Mui Digno Diretor da DAT  
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Março	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/03/2003
MÊS:Março	Exercício: 2002	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
RECEITAS CORRENTES	13.700.000,00	42.400.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	13.700.000,00	42.400.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	800.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	800.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>13.800.000,00</b>	<b>43.200.000,00</b>
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	489.597,70	1.344.295,03
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	489.597,70	1.344.295,03
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
<b>TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>489.597,70</b>	<b>1.344.295,03</b>

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	9.564.405,67	4.760.343,88
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	9.564.405,67	4.760.343,88
TOTAL	23.854.003,37	49.304.638,91

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Março MÊS: Março Exercício: 2002	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/05/2002
--	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	10.466.748,67	34.342.383,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.520.137,88	29.184.421,51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.946.610,79	5.157.961,74
DESPESAS DE CAPITAL	113.517,40	325.514,99
INVESTIMENTOS	113.517,40	325.514,99
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	10.580.266,07	34.667.898,24
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	55.445,20	446.058,57
PAGAMENTOS	55.445,20	446.058,57
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	341.948,49	1.314.338,49
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	341.948,49	1.314.338,49
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	397.393,69	1.760.397,06

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	12.876.343,61	12.876.343,61
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	12.876.343,61	12.876.343,61
TOTAL	23.854.003,37	49.304.638,91

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade